

# PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E COOPERATIVISMO NA REGIÃO SUL DO BRASIL: DESTAQUES DOS DADOS DO CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017<sup>1</sup>

Fernanda Lopes Johnston<sup>2</sup>  
Adrielli Santos de Santana<sup>3</sup>  
Gesmar Rosa dos Santos<sup>4</sup>

## 1 INTRODUÇÃO

A agropecuária da região Sul do Brasil é uma das mais pesquisadas, e tem dado diversos subsídios à criação de políticas públicas. A região é marcada pelo seu longo aprendizado organizativo e tecnológico, pela agricultura familiar ativa, pelos sistemas cooperativos de produção e de serviços, pela integração agricultor-indústria e por manter um grande número de estabelecimentos agropecuários pluriativos, multifuncionais. A sua participação no valor bruto da produção (VBP) da agropecuária nacional foi de 26,5%, em 2017, aproximadamente R\$ 123 bilhões, dos quais 30,19% foram originados da produção vegetal (lavouras temporárias e permanentes) e 81,91% foram oriundos da pecuária, de acordo com o *Censo Agropecuário 2017* (IBGE, 2019).

Entre os diversos aspectos a serem explorados sobre a região Sul está a organização produtiva ancorada no cooperativismo, recorte adotado neste texto. O cooperativismo agropecuário é um importante instrumento econômico que envolve diferentes tipos de produtores rurais e possui forte vínculo com a agricultura familiar, como hoje é conhecida no Brasil. As cooperativas exercem atividades que vão desde a industrialização e/ou comercialização da produção até a compra de equipamentos e insumos, assistência técnica, acesso ao crédito, entre outras.

De acordo com os dados do *Censo Agropecuário 2017*, há 579,5 mil empreendimentos associados a cooperativas em todo o Brasil, o que equivale a 11,7% de todos os estabelecimentos, tendo um aumento de 67,3% em relação ao levantamento do censo agropecuário em 2006.

---

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/brua23art10>

2. Doutoranda na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq/USP).

3. Pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea; e doutoranda em economia na Universidade de Brasília (UnB).

4. Técnico de planejamento e pesquisa na Dirur/Ipea.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) destaca que esses empreendimentos somam uma área de 70,5 milhões de hectares, sendo que mais de 70% têm entre 1 ha e 50 ha.

O censo de 2017 mostra que a maior participação de estabelecimentos com produtores rurais associados às cooperativas foi do Rio Grande do Sul, com 39,3%, de Santa Catarina e do Paraná, ambos com 34,9%. Em 2018, a região Sul contava com 910 cooperativas, das quais 236 eram no ramo agropecuário (OCB, 2019). Nelas, havia 562.908 cooperados e 159.595 empregados, conforme o anuário da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) (*op. cit.*). Esses dados estão associados ao fato de a região Sul ter em torno de 85% de estabelecimentos rurais com renda da produção agrícola, o maior índice entre as regiões do Brasil, além de manter 15,5% dos ocupados na agropecuária do país, variáveis que impulsionam uma melhor gestão na produção e busca de espaços de comercialização.

Segundo Abramovay (1997), as cooperativas, principalmente na região Sul, têm o papel de auxiliar no desenvolvimento da agricultura familiar, fazendo com que os agricultores familiares tenham melhor “poder de barganha” na compra de insumos e na venda da produção. Acrescenta-se a essa concepção a capacidade das cooperativas de criar e influenciar políticas públicas. A região tem as maiores cooperativas agropecuárias do Brasil, atuando em diversas cadeias de produção, principalmente de grãos, proteína animal e lácteos. Segundo Padilha e Sampaio (2019), elas se destacam também pela consistência com o capital comercial e financeiro, aspecto em parte criticado por autores como Medeiros (2006), pela preocupação de que o agricultor pode se sujeitar à estrutura e à lógica empresarial de um lugar e determinar os rumos das cooperativas.

Relatos como os de Medeiros (2006), Morasco (2007), Farias e Espíndola (2016) e Padilha e Sampaio (2019) descrevem a trajetória do cooperativismo e das associações dos produtores na região Sul. Esses autores indicam também uma série de dificuldades e desafios em razão de persistentes desequilíbrios de organizações e da atuação em um mercado concentrador de capitais. Medeiros (2006) aponta uma trajetória de cooperativas em Santa Catarina marcada não somente por importantes demandas dos produtores, mas também por reações tanto às necessidades e capacidades deles como a estímulos dos governos e exigências de mercado – do grande capital –, às quais os associados se adaptam. Por sua vez, Ilha, Piacenti e Leismann (2018) abordam a competitividade econômico-financeira das cooperativas do oeste do Paraná, destacando disparidades e baixa competitividade em algumas das grandes.

Diante do contexto apresentado, este ensaio tem o objetivo de identificar características centrais e o perfil do cooperativismo agropecuário na região Sul do país. Para isso, além de uma breve revisão da literatura sobre a trajetória do cooperativismo regional, empregou-se uma análise descritiva de dados do *Censo Agropecuário 2017*, destacando as principais variáveis sobre o tema. Com o propósito de averiguar, de maneira preliminar, a influência das cooperativas na comercialização agropecuária, obtiveram-se também índices de adesão e impactos ligados às variáveis selecionadas.

O ensaio está dividido em mais três seções, além desta introdução. Na segunda seção, apresenta-se uma breve revisão de literatura sobre a trajetória do cooperativismo agropecuário na região Sul. A terceira discute os principais resultados analisados do *Censo Agropecuário 2017*. Por fim, a quarta seção contém as considerações finais do trabalho.

## 2 COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO

No Brasil, dados da OCB (OCB, 2019) apontam para a existência de 6.828 cooperativas e mais de 14 milhões de cooperados, agrupados em diferentes segmentos. A entidade considera que o segmento mais importante do cooperativismo, dos treze<sup>5</sup> ramos de atuação definidos pela legislação brasileira, ainda é o agropecuário, representado por 1.613 cooperativas e 209.778 empregados em 2018 (*op. cit.*). Alvim e Dall’Agnol (2016) destacam as cooperativas de crédito, instituições financeiras criadas com o objetivo de prestar serviços aos cooperados, tais como concessão de crédito, captação de depósitos à vista e a prazo, cheques, prestação de serviços, entre outros.

De acordo com Farias (2015), as cooperativas surgiram por parte de iniciativas dos próprios produtores agrícolas, em virtude do controle de preços resultantes de mercados oligopolistas. Medeiros (2006) destaca as múltiplas funções da organização cooperativa e a herança da tradição de antigos colonos europeus como base do desenvolvimento de cooperativas agrícolas em Santa Catarina, tendo em vista os desafios da produção e do comércio. Naturalmente, as cooperativas possuem particularidades de acordo com a região em que estão localizadas, diferenciando-se quanto às funções, à forma organizativa, ao tamanho e aos serviços oferecidos. Na região Sudeste, elas são consideradas, em número, as segundas maiores em associados e unidades. Já as das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentam número menor de cooperados. Por fim, as cooperativas localizadas na região Sul, segundo OCB (2019), exibem maior número de associados, contam com maior número de empregados e experimentam uma trajetória de forte consolidação produtiva.

Na região Sul, a primeira cooperativa de crédito rural surgiu em 1902, até hoje em funcionamento, no estado do Rio Grande do Sul, com a fundação da Sociedade Cooperativa de Economia e Empréstimos em Nova Petrópolis. Entre o período de 1902 e 1964, surgiram ainda 66 cooperativas no estado do tipo *raiffeisen* (caixa rural), segundo Morasco (2007). No estado de Santa Catarina, a primeira cooperativa do estado – Cooperprima – surgiu em 1909, atuando principalmente no comércio de cereais e banhas suínas produzidas pelos próprios associados. Já no estado do Paraná, as cooperativas no meio rural surgiram em torno de 1920, como consequência da falta de infraestrutura e de produtos de consumo, insumos e armazéns (Ipardes, 1974).

De acordo com Lima (1974), no final da década de 1950, a agricultura na região Sul passou por uma forte ação estatal, e o aparecimento da soja, incorporada pelos produtores de trigo de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, impulsionou o cooperativismo agropecuário. Segundo o mesmo autor, no Paraná, a soja estimulou a criação de cooperativas nos campos de ocupação mais recente (oeste e sudoeste do estado). Alojados em pequenas propriedades rurais, esses agricultores dedicavam-se à produção de cereais e à criação de suínos.

Vale a ressalva de que ocorreram peculiaridades na trajetória das cooperativas de cada estado. No Rio Grande do Sul, por exemplo, destacaram-se na produção de cereais e grãos; em Santa Catarina, as cooperativas desenvolveram-se no período de modernização, com ênfase para pecuária e suínos, do complexo agroindustrial do arroz (Medeiros, 2006). No estado do Paraná houve uma maior diversidade em grãos, café, pecuária leiteira e de corte. O maior progresso agropecuário ocorreu entre o período de 1950 e 1970, quando a região recebeu mais apoio da União e dos estados.

---

5. Agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, habitacional, infraestrutura, mineral, produção, saúde, trabalho, transporte e turismo e lazer.

A partir da década de 1980, o cooperativismo, sobretudo na região Sul do Brasil, ganhou um novo dinamismo econômico e se expandiu para outras áreas do território, segundo Farias e Espíndola (2016). A expansão das cooperativas da região rumo a estados do Centro-Oeste e Sudeste foi bastante influenciada, ainda de acordo com Farias e Espíndola (*op. cit.*), pela expansão da produção de grãos, na qual tem destaque o cultivo da soja, que tem resultados representativos no VBP e na área agrícola regional.

De acordo com OCB (2019), nos últimos oito anos, o número de cooperativas agropecuárias cresceu 4,2%, alcançando, em 2018, 1.613 cooperativas, mais de 1 milhão de cooperados e cerca de 210 mil pessoas empregadas. Ainda segundo a OCB, as principais cooperativas agrícolas originam-se do crédito rural, das linhas de custeio e do investimento via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

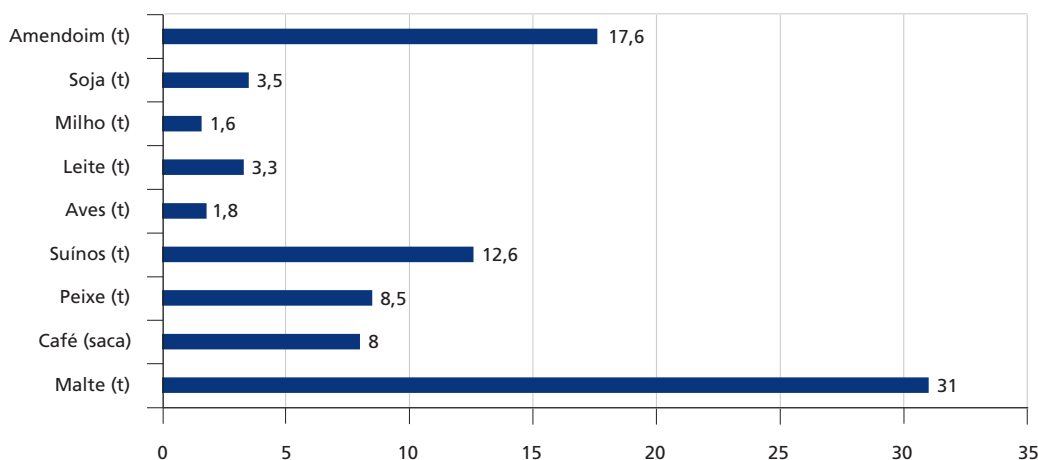
Em 2018 (OCB, 2019), o cooperativismo agropecuário na região Sul contava com 236 cooperativas no ramo agropecuário. No estado do Paraná havia 61 cooperativas, com um total de 170.793 cooperados. No estado de Santa Catarina havia 47 cooperativas e 71.480 associados (*op. cit.*). Por fim, no estado do Rio Grande do Sul havia 128 cooperativas agropecuárias que contavam com 320.635 cooperados.

Os dados das cooperativas agropecuárias (gráfico 1) mostram a participação ativa na comercialização dos principais segmentos agropecuários do país. Podem ser destacados: o malte, em que as cooperativas detêm uma participação de 31%; o amendoim, com 17,60%; e a comercialização de suínos na pecuária, com 12,60%. Portanto, há um grande envolvimento das cooperativas na comercialização de proteína vegetal e animal.

GRÁFICO 1

**Participação das cooperativas na comercialização nos segmentos agropecuários – produtos selecionados (2018)**

(Em %)



Fonte: OCB (2019).  
Elaboração dos autores.

Farias (2015) aponta que, entre as cinquenta maiores empresas do agronegócio brasileiro, dezessete são cooperativas do ramo agropecuário. Ao analisar os dados da tabela 1, nota-se que a região Sul concentra as principais cooperativas agropecuárias do país, no que se refere à receita líquida. Essas cooperativas possuem alta produção e industrialização, apresentando intensa participação na economia regional e nacional (*op. cit.*).

TABELA 1

**Principais cooperativas do ramo agropecuário, localização e receita (2018)**

Cooperativa	Unidade Federativa (UF)	Receita líquida (R\$ bilhões)
Copersucar	Surgiu em 1959, em São Paulo	28,60
Coamo	Fundada em 1970, no Paraná	14,80
Aurora Alimentos	Surgiu em 1969, em Santa Catarina	8,90
C. Vale	Surgiu no Paraná e expandiu sua atuação para Santa Catarina e Mato Grosso – e já com outro nome: Coopervale	6,90
Lar Cooperativa	Paraná, terceira maior cooperativa do estado	6,38
Camil	Iniciou suas operações no Rio Grande do Sul. Sua sede fica, desde os anos 1990, em São Paulo	4,90
Cocamar	Surgiu em 1960 no Paraná, expandindo-se para São Paulo e Mato Grosso do Sul	4,50
Copacol	Surgiu em 1963, no Paraná	3,80
Cooxupé	Iniciou suas operações em Minas Gerais	3,79
Coopercitrus	Fundada em 1970, em São Paulo, expandindo-se para Minas Gerais e Goiás	3,60
Agrária	Criada em 1951, no Paraná	3,50
Castrolanda	Fundada em 1951, no Paraná	3,38
CooperAlfa	Criada em 1967, em Santa Catarina	3,30
Cooperativa Integrada	Fundada em 1995, no Paraná, e expandindo-se para São Paulo	3,30
Frimesa	Surgiu no Paraná, em 1977	2,83
Frísia	É a cooperativa mais antiga do Paraná, criada em 1925, com vinte unidades, incluindo a matriz em Carambé e uma filial em Tocantins	2,40
Capal Cooperativa	Fundada em 1960, na cidade de Arapoti, Paraná – atua também em São Paulo	1,40

Fonte: Mundo Coop, 2019. Disponível em: <<http://www.ocbms.org.br/noticia/conheca-as-17-maiores-cooperativas-agro-do-brasil-segundo-a-forbes/6246/>>. Acesso em: 21 jun. 2020.  
Elaboração dos autores.

### 3 ALGUNS RESULTADOS DO COOPERATIVISMO NOS DADOS DO CENSO AGROPECUÁRIO

O cooperativismo agropecuário e de crédito conta com dados importantes no censo agropecuário de 2017. Nesta seção são apresentados resultados, com foco nos estabelecimentos agropecuários da região Sul. Entende-se que é importante destacar alguns dados da agricultura familiar, visto que ela é a principal responsável por postos de trabalho no meio rural brasileiro. Ao mesmo tempo, as características de multifuncionalidade e pluriatividade desse segmento de produtores têm resultado em demandas e desafios distintos daqueles apresentados pela grande produção para fins primeiramente comerciais. Como em todo o Brasil, a agricultura familiar na região Sul tem dificuldades próprias, inclusive relacionadas com os ativos capital, terra, tecnologia e conhecimento, sendo importante destacar informações sobre esses aspectos.

Os dados expostos na tabela 2 mostram algumas variáveis que ilustram a estrutura nacional e regional das cooperativas, segundo o *Censo Agropecuário 2017*. Como se pode observar, o estado do Rio Grande do Sul conta com 80,5% dos estabelecimentos familiares (293.813) e 72,2% (716.695) dos indivíduos ocupados no estado nesse segmento. Paraná e Santa Catarina também seguem esses números, embora em menor proporção.

TABELA 2

**Número de estabelecimentos agropecuários e pessoal ocupado (2017)**

UF	Número de estabelecimentos			Pessoal ocupado nos estabelecimentos		
	Total	Agricultura familiar	Agricultura familiar (%)	Total	Agricultura familiar	Agricultura familiar (%)
Paraná	<b>304.966</b>	228.829	75,0	<b>846.642</b>	535.552	63,3
Santa Catarina	<b>182.804</b>	142.927	78,2	<b>501.811</b>	364.043	72,5
Rio Grande do Sul	<b>364.839</b>	293.813	80,5	<b>992.413</b>	716.695	72,2
<b>Total</b>	<b>852.609</b>	<b>665.569</b>	<b>78,1</b>	<b>2.340.866</b>	<b>1.616.290</b>	<b>69,0</b>

Fonte: IBGE (2019).  
Elaboração dos autores.

Na região Sul, 59,7% dos produtores, dada sua condição legal, são classificados como produtores individuais; outros 39,6% são enquadrados como consorciados, em situação de condomínio ou união de pessoas (incluindo casais quando os dois são responsáveis pela direção do estabelecimento) (IBGE, 2019). Além disso, 378 estabelecimentos são classificados como cooperativas, o que representa 34,7% do total identificado no Brasil, que é de 1.090 estabelecimentos de cooperativas. Esse total representa, entretanto, pouco menos de 0,4% no contexto regional. As sociedades anônimas ou por cotas também são destaque na região Sul, com 3.466 estabelecimentos. A tabela 3 apresenta outros dados da condição legal dos produtores rurais nos estados sulistas.

TABELA 3

**Região Sul: estabelecimento agropecuário por tipo de condição legal do produtor rural nos estados (2017)**

(Em %)

Condição legal do produtor	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Total
Produtor individual	64,28	57,44	56,91	<b>59,66</b>
Condomínio, consórcio ou união de pessoas	34,90	41,62	42,51	<b>39,60</b>
Cooperativa	0,07	0,04	0,03	<b>0,04</b>
Sociedade anônima ou por cotas de responsabilidade limitada	0,37	0,65	0,31	<b>0,41</b>
Instituição de utilidade pública	0,02	0,01	0,02	<b>0,02</b>
Governo (federal, estadual ou municipal)	0,02	0,02	0,02	<b>0,02</b>
Outra condição	0,34	0,21	0,20	<b>0,25</b>
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE (2019).  
Elaboração dos autores.

Ainda de acordo com os dados mostrados na tabela 3, cabe registrar que a condição do produtor é um importante fator de acesso e diferenciação de enquadramento em políticas públicas. Por isso, as associações, cooperativas e sociedades são uma resposta organizativa nesse âmbito, além de potencializarem as ações de produção e comercialização.

A variedade de produtos da região Sul resulta da soma das capacidades produtivas, do aprendizado e também da ajuda de uma política muito importante, que é a do seguro à produção agrícola – cultivos como maçã, uva, peras etc. estão entre os mais assistidos do Brasil. Com isso, e com as tecnologias e os esforços dos agricultores, a relação dos produtos das lavouras permanentes e temporárias da agricultura familiar é altamente relevante em todos os três estados. A uva, por exemplo, exerce um grande peso no estado do Rio Grande do Sul, que tem um forte sistema vitivinícola. Já no estado do Paraná, a laranja se destacou no VBP, sendo o estado o quarto produtor nacional – ao mesmo tempo, é um grande produtor

de soja, cana-de-açúcar, milho e cultivos de grande escala. No estado de Santa Catarina, a maçã destacou-se, gerando em torno de R\$ 630 milhões.

Essa variedade de produtos também facilita a atuação de associações e cooperativas, com agregação de valor em cadeias de soja-milho-aves, suínos e outros, além da atividade pecuária e derivados do leite. O desafio que atualmente move os cooperados é aumentar a sustentabilidade na produção, com alimentos de qualidade, tendo-se cuidados com a conservação ambiental e da água, o que se aplica a todos os produtores e a todas as regiões do Brasil.

No tocante ao ativo terra, o fator de produção de maior importância na atividade agropecuária, verifica-se que, enquanto a área média dos estabelecimentos agropecuários na região é de 50,2 ha, ao estratificar os estabelecimentos pela associação do produtor, observa-se um cenário diferente, com grande amplitude. Merece destaque o fato de que a área média dos produtores associados em cooperativas alcança 62,7 ha (tabela 4). Nota-se que a área média dos estabelecimentos agropecuários, em sua totalidade, é maior no estado do Rio Grande do Sul, cerca de 59,4 ha, enquanto a área média de produtores associados a cooperativas é maior no estado do Paraná (73,3 ha).

TABELA 4  
**Percentual de associação do produtor a cooperativas e área média dos estabelecimentos agropecuários na região Sul (2017)**

	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Total
Produtores associados a cooperativas (%)	34,9	34,9	39,3	<b>36,8</b>
Produtores associados a cooperativas em relação ao total regional (%)	33,9	20,3	45,7	<b>36,8</b>
Área média dos estabelecimentos agropecuários (ha)	48,3	35,2	59,4	<b>50,2</b>
Área média dos estabelecimentos de produtores associados a cooperativas (ha)	73,3	39,2	65,4	<b>62,7</b>

Fonte: IBGE (2019).  
 Elaboração dos autores.

Vale acrescentar que, dos 853.314 estabelecimentos agropecuários da região Sul, em 36,8% (313.763) o produtor é associado à cooperativa. Esse é o maior percentual entre as regiões brasileiras, acompanhado, em seguida, da região Sudeste, com 17,1% (165.630) – ambos acima do percentual nacional de 11,4%. Além disso, uma importante informação apresentada pelo *Censo Agropecuário 2017* para a região Sul é que 32,9% dos produtores individuais e 42,8% dos produtores em situação de consórcios/união são associados a cooperativas. Além disso, é bastante expressivo o número de produtores associados a entidades de classe ou sindicatos, totalizando cerca de 434.410 estabelecimentos rurais. Outras formas de associação também apresentaram resultados expressivos, a exemplo da associação em movimento de produtores e das associações de moradores, com 27.412 e 19.481 produtores, respectivamente.

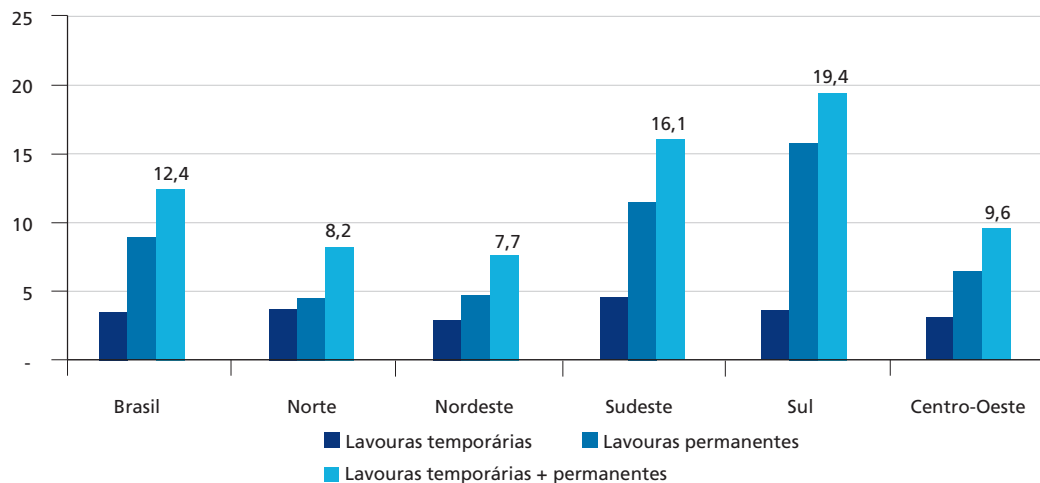
No tocante ao valor da produção agropecuária, a premissa consolidada é a de que há uma relação direta entre os ganhos produtivos na medida em que se amplia o acesso às políticas públicas. Para além do que se pode evidenciar nos fatores de produção isolados ou mesmo em relação à produtividade total dos fatores, uma forma de verificar o nível de agregação com que o conjunto de ações privadas e públicas ajuda os produtores é identificar diferenças entre os retornos de VBP por área colhida, no caso das lavouras temporárias e permanentes. A região Sul, nesse aspecto, é também um laboratório para o Brasil, pois, como já mencionamos, é demandante, proponente e beneficiária das políticas, tem longa experiência organizativa, tecnológica e de produção em pequenas, médias e grandes propriedades.

O gráfico 2 ilustra que a região Sul lidera nesse indicador, tendo gerado VBP por área colhida de R\$ 19,41 mil por hectare, seguida da região Sudeste, com R\$ 16,05 mil por hectare.

GRÁFICO 2

**Lavouras temporárias e permanentes: VBP por área colhida por região**

(Em R\$ 1 mil/ha)



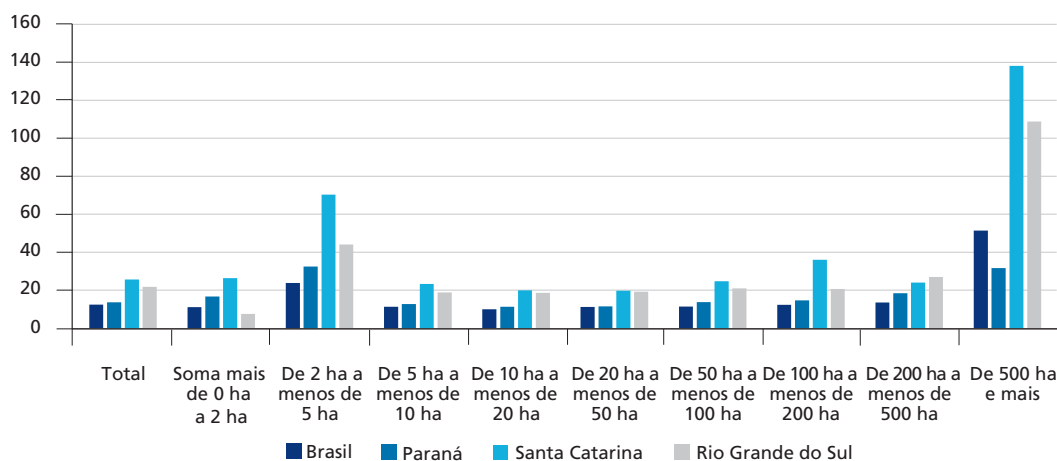
Fonte: IBGE (2019).

Observando os resultados para os estados, com a mesma relação mostrada no gráfico 2, ressalta-se que os estabelecimentos da região Sul apresentam resultados de VBP por área acima da média Brasil (gráfico 3). Observa-se que isso se repete em todos os estratos de porte selecionados, exceto no caso de estabelecimentos com menos de 2 ha. O fato de haver certa homogeneidade nos resultados de diversas classes de tamanho pode sugerir que há limites de crescimento da eficiência, um tema a ser aprofundado nos estudos subsequentes, inclusive com comparações entre as trajetórias e entre outros países.

GRÁFICO 3

**Região Sul: lavouras temporárias e permanentes<sup>1,2,3</sup> (VBP por área colhida nos estados)**

(Em R\$ 1 mil/ha)



Fonte: IBGE (2019).

Notas: <sup>1</sup> Para o estado do Rio Grande do Sul, não constam dados de VBP e área colhida permanente para os estabelecimentos de até 2 ha.

<sup>2</sup> Não constam dados de "produtor sem área" para as lavouras temporária e permanente.

<sup>3</sup> Lavouras permanentes com informações para os estabelecimentos com mais de 50 pés.



O desnível de rendimento monetário por área colhida, registrado no gráfico 3 para o caso de Santa Catarina, em estabelecimentos acima de 500 ha, se repete em relação aos demais estados brasileiros, nessa classe de áreas. Isso ocorre mesmo sendo os grandes estabelecimentos mais fortemente presentes e com resultados impactantes no Centro-Oeste, de acordo com os dados do IBGE, sendo outro detalhe a se investigar em trabalhos posteriores.

O que se deve destacar, por fim, é que há uma grande convergência de renda por área em todos os estados da região, até nos estabelecimentos de pequeno porte. Lembrando que esses pequenos são pluriativos, multifuncionais e produzem vários cultivos, portanto, elementos fortalecem a sua resiliência, ainda que com carência do ativo terra e de outros.

Um importante destaque da região Sul é que o expressivo número de estabelecimentos familiares configura uma produção agropecuária destinada, predominantemente, para a comercialização, tendo uma ampla gama de produtos que abastecem a região, o Brasil e o exterior. A tabela 5 ilustra o percentual de estabelecimentos por tipo de finalidade principal da produção agropecuária, considerando apenas dados de produtores individuais e em situação de consórcios/união, fazendo um contraponto com a forma de associação do produtor rural.

TABELA 5

**Região Sul: finalidade principal dos estabelecimentos rurais individuais nos estados (2017)**

(Em % de estabelecimentos)

Tipo de associação do produtor	Consumo próprio				Comercialização da produção			
	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande Sul	Total	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Total
Cooperativa	6,0	10,1	10,2	<b>8,8</b>	94,0	89,9	89,8	<b>91,2</b>
Entidade de classe/sindicato	9,0	12,6	13,4	<b>12,0</b>	91,0	87,4	86,6	<b>88,0</b>
Associação/movimento de produtores	11,7	11,2	13,4	<b>12,2</b>	88,3	88,8	86,6	<b>87,8</b>
Associação de moradores	17,1	13,8	12,7	<b>14,2</b>	82,9	86,2	87,3	<b>85,8</b>
Não é associado	7,1	11,7	12,2	<b>9,9</b>	92,9	88,3	87,8	<b>90,1</b>
<b>Total</b>	<b>20,4</b>	<b>20,4</b>	<b>18,4</b>	<b>19,5</b>	<b>79,6</b>	<b>79,6</b>	<b>81,6</b>	<b>80,5</b>

Fonte: IBGE (2019).  
Elaboração dos autores.

Os dados da tabela evidenciam que os associados às cooperativas apresentam os maiores índices comercialização de seus produtos, alcançando 91,2%, ante 80,5% no total da região Sul – no âmbito Brasil, a associação a cooperativas é de 11,4%, dos quais 90,1% comercializam a produção. É importante ressaltar, como mostrado na tabela, que na região Sul o percentual de estabelecimentos que comercializam sua produção é alto também nos demais grupos nos quais os produtores se associam e, da mesma forma, nos não associados.

Adicionalmente, de acordo com os dados do *Censo Agropecuário 2017*, 70,5% dos produtores que declararam ser associados e 72,5% dos não associados na região Sul informaram que a renda obtida com a atividade agropecuária é maior que as outras rendas do produtor (IBGE, 2019), sendo os valores percentuais semelhantes em cada estado da região. Esses dados sugerem que têm sido também importantes outras formas de associação e mesmo a adesão a contratos de integração produtiva junto a empresas, no tocante à comercialização.

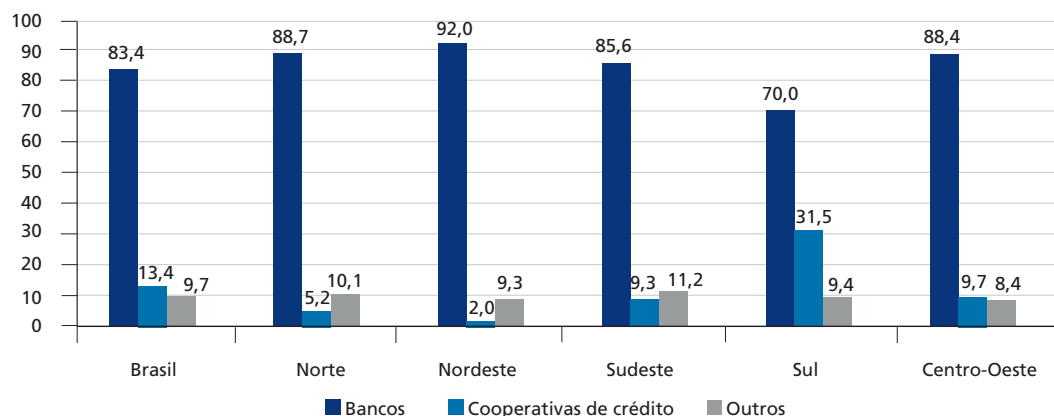
O apoio das cooperativas para o acesso ao crédito e ao seguro rural, principalmente no âmbito da agricultura familiar, tem sido um dos principais motivos para a criação de cooperativas. De fato, elas têm exercido um papel importante nesse sentido, como se vê

no gráfico 4, que destaca o acesso ao crédito. Apesar de os bancos serem o principal agente financeiro para tanto, as cooperativas, além de auxiliarem nos processos, também são o segundo agente responsável pelas operações, atendendo a 13,4% dos estabelecimentos que tiveram financiamento. Segundo os dados do censo agropecuário de 2017, os bancos atenderam a 83,4% dos agricultores que tomaram crédito em 2017.

GRÁFICO 4

**Agente financeiro responsável pelo financiamento aos agricultores em 2017<sup>1</sup>**

(Em %)



Fonte: IBGE (2019).

Nota: <sup>1</sup> Se somados, os percentuais superam 100%, pois há estabelecimentos com acesso a mais de um agente financeiro (no total Brasil, esse acesso a mais de um agente chega a 6,5%; na região Sul, por exemplo, a 10,8%).

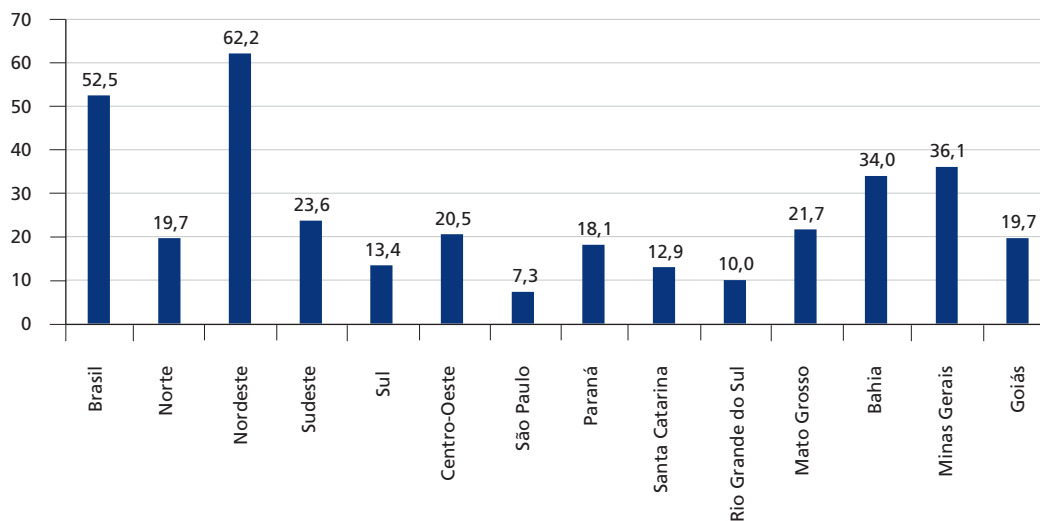
Mais uma vez, a região Sul se destaca nessa demanda de cooperativas, as quais atenderam a 31,5% dos estabelecimentos que acessaram recursos no ano. Outros agentes responsáveis foram empresas integradoras, governos, sindicatos/associações, fornecedores de insumos etc. Muitos produtores tomam empréstimos de mais de um agente, inclusive de amigos, sendo a ajuda de entidades de extensão rural, associativas e cooperativas de grande importância.

Por fim, de forma complementar aos dados apresentados até aqui, uma derivação que se pode fazer acerca de variáveis agregadas dos estabelecimentos, relativamente ao cooperativismo, é uma medida do impacto (ou de diferenciação de comercialização) que ele pode ter sobre os associados quanto a alcançar a comercialização. A esse respeito, o gráfico 5 mostra a relação entre os estabelecimentos que comercializam seus produtos e são associados a cooperativas e aqueles que também comercializam, mas não participam de cooperativas, para todas as regiões e estados selecionados. Matematicamente, se faz: impacto (percentual) = (índice dos associados a cooperativa com comercialização da produção – índice dos estabelecimentos com produção e comercialização)/(índice de estabelecimentos com produção e comercialização).

Faz-se a ressalva de que, a rigor, essa medida de impacto é uma aproximação, uma vez que não se pode determinar, no espaço dedicado a esse ensaio, e com tal metodologia, o sinal de influência e reciprocidade. Ou seja, em que medida os associados são influenciados e influenciam as cooperativas e como isso depende de outros fatores como educação, possibilidade de acesso a outros serviços oferecidos, não necessariamente tendo em vista, primeiramente, a comercialização. O aperfeiçoamento de indicadores que considerem esses aspectos pode oferecer elementos para orientar políticas nesse sentido, sendo sempre importante ouvir os produtores sobre o cooperativismo e, no todo, sobre o associativismo.

GRÁFICO 5

**Impacto adicional estimado do cooperativismo entre os produtores que comercializam a produção**  
(Em %)



Fonte: IBGE (2019).

De todo modo, os dados mostrados no gráfico 5 evidenciam que, quanto mais consolidada a agricultura, menor é o impacto comparativamente entre as regiões e entre os estados. Assim, a região Sul teria, doravante, menor impacto de associativismo entre aqueles produtores já inseridos na comercialização do que, por exemplo, as regiões Nordeste e Norte. O mesmo raciocínio se aplica aos estados selecionados, observando que São Paulo e Rio Grande do Sul seriam os menos impactados nessa hipótese, pois têm os menores diferenciais. Esses aspectos devem ser referenciais para se dar foco tanto ao aperfeiçoamento do cooperativismo (o que se aplica a todas as regiões e UFs) quanto à sua expansão (neste caso, priorizando onde há menor adesão).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio abordou um conjunto de características do cooperativismo e de outras formas de associação dos produtores, com destaque para a região Sul do Brasil. Embora sejam registradas preocupações com o crescimento das estruturas de gestão e com a dinâmica de inserção no mercado das cooperativas ao ponto de serem elas e não os produtores a referência na relação, os dados analisados apontam a influência positiva do cooperativismo e do associativismo na organização produtiva.

Essa organização se manifesta na formação das receitas, no rendimento da agropecuária e da agroindústria e em diversos outros aspectos da vida no campo, em parte evidenciado nos censos agropecuários. Como se destacou neste texto, entre os cinquenta maiores grupos econômicos da agropecuária brasileira, dezessete são cooperativas e movimentam bilhões de reais, além da grande importância que as pequenas e médias cooperativas têm para os associados.

A ajuda ao acesso ao crédito tem sido uma atribuição importante das cooperativas, conforme destacado aqui. Embora apenas 11,4% dos estabelecimentos agrícolas sejam associados a cooperativas, elas atendem a 13,5% dos estabelecimentos nas operações de financiamento, número que alcança 31,5% na região Sul. Além desse papel, o cooperativismo ajuda a promover o desenvolvimento regional e as condições de vida no campo, sobretudo

quanto a infraestruturas produtivas, mudança tecnológica, assistência técnica, agregação de valor à produção, comercialização, acesso a crédito e seguros.

Futuramente, é importante aprofundar os estudos em aspectos como as características dos subsídios demandados e oferecidos pelo Estado às cooperativas, de modo a auxiliar no aperfeiçoamento e na avaliação de políticas públicas para a região. Observou-se, nos dados do *Censo Agropecuário 2017*, que o cooperativismo facilita significativamente a comercialização de produtos agrícolas, embora o diferencial de impacto tenha se mostrado mais elevado nas regiões Norte e Nordeste do que na Sul, quando se comparam os produtores associados aos não associados a cooperativas agropecuárias. Uma explicação para isso é o fato de que, uma vez atingido um patamar alto de produtividade e de inserção no mercado, as taxas marginais são naturalmente menores.

Esse último ponto destacado indica a necessidade de aperfeiçoar as políticas voltadas ao associativismo e a sua expansão, em que o cooperativismo e outras formas de associação têm baixa difusão. Somadas às capacidades organizativas e cooperativas, as políticas fortalecem a resiliência dos produtores e possibilitam resultados convergentes com a multifuncionalidade e a pluriatividade características da agricultura sulista.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**, v. 11, n. 2, p. 73-78, abr./jun. 1997.
- ALVIM, V.; DALL'AGNOL, M. Crédito cooperativo e economia rural: o caso da agricultura familiar. **Revista NECAT**, v. 5, n. 9, p. 39-69, 2016.
- FARIAS, F. R. **A dinâmica geoeconômica do cooperativismo agropecuário do Sul do Brasil**. 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- FARIAS, F. R.; ESPÍNDOLA, C. J. O cooperativismo agropecuário do Sul do Brasil a partir da conjuntura econômica dos anos 1980: alteração territorial de seu centro dinâmico. **Geosul**, v. 31, n. 61, p. 227-248, jan./jun. 2016.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017>>. Acesso em: 12 jun. 2020.
- ILHA, P. C. da S.; PIACENTI, C. A.; LEISMANN, E. L. Uma análise comparativa da competitividade econômico-financeira das cooperativas agroindustriais do oeste do Paraná. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 56, n. 1, p. 91-106, jan./mar. 2018.
- IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Cooperativas de produção agropecuária no Paraná: diagnóstico e análises**. Curitiba: IparDES, 1974. 535 p.
- LIMA, L. M. Histórico do cooperativismo no Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 43, p. 39-66, 1974.
- MEDEIROS, C. M. **Industrialização e agricultura: o complexo agroindustrial do arroz em Santa Catarina**. Cascavel: Edunioeste, 2006.
- MORASCO, F. **O cooperativismo de crédito no estado de Santa Catarina**. 2007. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

OCB – ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Anuário do cooperativismo brasileiro**: 2019. 1. ed. Brasília: Sistema OCB, 2019. 122 p.

PADILHA, W.; SAMPAIO, F. dos S. A expansão do agronegócio cooperativo na região Sul do Brasil nos anos 2000. **Geosul**, v. 34, n. 71, p. 61-85, abr. 2019.

